

**FAVELA DO JAGUARÉ: MIGRAÇÃO, TRABALHO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO PERIFÉRICO**

Beatriz Hiroko Resende Miyazato**

Universidade de São Paulo

beatrizhiroko@gmail.com

RESUMO: Este esboço aponta uma investigação da formação histórica da periferia paulistana em específico o processo de sua favelização. De modo que, propusemos neste estudo compreender a constituição da Favela do Jaguaré como concretização do processo de modernização retardatária brasileira entendido a partir da reprodução dos migrantes enquanto mercadoria força de trabalho implicados pela mobilidade do trabalho à lógica da acumulação do capital e valorização da terra. Buscamos problematizar o surgimento desta favela em São Paulo por volta de 1962 como produto do trabalho do migrante a partir dos desdobramentos da expansão industrial da cidade em que contribuiu para a metropolização e surgimento das periferias e sua produção do espaço urbano. Damos um enfoque, sobretudo na exploração da força de trabalho justificada na sua reprodução crítica na origem de sua moradia e família.

Palavras-chave: mobilidade do trabalho, favelização, produção do espaço periférico.

GT – 5: Mobilidade, migração e espaço urbano

**Sob orientação de Carlos de Almeida Toledo

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada, visou dentro do campo de estudo das migrações e mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977), analisar a produção do espaço urbano de São Paulo, sobretudo a formação da favela enquanto fragmento da periferia a partir dos aspectos econômicos, pois entendemos que os processos de produção do espaço urbano (Damiani, 1995) e reprodução social estão fundamentalmente gerados por determinações do capitalismo. Para tanto, sobre nosso objeto de estudo, a Favela do Jaguaré, abordamos a discussão de maneira ampliada passando pela análise: dos sujeitos favelados, enquanto trabalhadores-migrantes; das suas respectivas famílias; das suas formas de reprodução social sujeitadas a imposição do trabalho as demandas de acumulação do capital urbano-industrial; da favela, território da crise, em todos seus aspectos formais e informais e seu conjunto de relações e interações sociais e modo de vida; e do espaço local, o barraco, enquanto moradia mínima para abrigar sua família, cujo as reproduções existenciais do trabalhador necessita para manter-se no mundo do trabalho.

Este trabalho buscou problematizar as questões habitacionais em que permeia o debate sobre a questão fundiária da terra urbana periférica em sua gênese, sobre a produção do espaço enquanto mercadoria produzida a partir da formação da mercadoria força de trabalho e sua mobilidade do trabalho em São Paulo de modo simultâneo. Passa sobre a discussão da formação da Favela do Jaguaré e chegada dos primeiros moradores nas décadas de 60 e 70, constituintes do mercado de trabalho em ampliação representando um ‘exército industrial de reserva’ também consumidor e produtor de um mercado informal de parcelas de terras e barracos dentro da área ocupada diante da intensificação e ampliação do capital. Assim, problematizando os processos de mercantilização das unidades de moradia informal autoconstruída através de sua compra e aluguel, e o debate econômico de produção de valor desta mercadoria constituinte da contradição do processo de valorização da terra e do próprio mercado de terra formal.

A preocupação em estudar a produção do espaço urbano, sobretudo em áreas de favelas, tem a ver com um questionamento do próprio sujeito pesquisador em duvidar e tensionar a reprodução das famílias e seus cotidianos para manterem-se na lógica da crise do trabalho. O estudo do cotidiano dos moradores com o espaço e suas relações sociais dentro do território que constituiu a Favela do Jaguaré, pensando também o papel do Estado como “legitimador” do status jurídico ambíguo oferecido pelo processo de ocupação gradual desta favela e valorização da terra da várzea do Rio Pinheiros (Seabra).

Em relação a lógica do sistema produtor de mercadorias, buscamos questionar o problema habitacional ao que se refere em como as condições precárias de moradia da força de trabalho superexplorada em São Paulo afetariam as necessidades de acumulação, ou vice-versa, isto é, o comportamento e desempenho da acumulação do capital em relação ao comportamento e desempenho da força de trabalho. Entender a ampliação das favelas e suas densidades nos anos 1960, 1970 e 1980 a partir do processo de modernização e desenvolvimento econômico do país, através da industrialização e consequente urbanização.

O nosso estudo de caso, a produção do espaço da Favela do Jaguaré enquanto espaço periférico da cidade de São Paulo, destinada a abrigar uma população de trabalhadores implicados pela mobilidade do trabalho, passa pela pesquisa e estudo sobretudo da formação do bairro Jaguaré, sua história e seu desenvolvimento na totalidade da lógica do capital. Com isso, entende-se que o processo de constituição do bairro é uma parte importante da lógica de sua contradição, em que revele o espaço da favela (Silva, 2006) como desdobramento do processo de metropolização e modernização como um todo. Dito em outras palavras, a relação entre urbanização informal da autoconstrução de moradia nas periferias e o processo de acumulação do capital se deu através do processo de industrialização (Oliveira, 2003), a medida que a expansão das indústrias para as bordas da cidade demandava de excedente de força de trabalho uma urbanização crítica foi estabelecida como lógica para a produção do espaço (Damiani, 2009) do bairro Jaguaré.

O projeto que deu origem ao proposto “Centro Industrial Jaguaré” teve início com as obras de retificação do Rio Pinheiros por volta de 1930. O projeto imobiliário visava implantar um loteamento industrial e outro residencial operário em resposta a demanda de expansão da industrialização de São Paulo. A industrialização crescente na cidade, fazia parte do plano de modernização em que o Estado brasileiro tardiamente (Kurz, 1993) alavancou em 1930, diante do contexto global. O Brasil passava pelo período histórico de modernização pressuposto do seu processo de “acumulação primitiva” (Kurz, 1993), uma vez que as demandas do capital estabeleciam a conjuntura do espaço para o território nacional. Trata-se de uma territorialização capitalista, em que a ‘divisão regional do trabalho’ estabelece ‘regiões’ denominadas ‘metrópole ou centro e colônia ou periferia’. Sendo assim, nos termos de Francisco de Oliveira, a ‘regionalização’ conduzida por uma ‘racionalidade desenvolvimentista’ estabeleceu a condição de metrópole ou centro enquanto pólo de atração de capital e trabalho nas metrópoles do ‘Centro-Sul’, sobretudo São Paulo.

Neste sentido, para atender a intensa industrialização paulistana advinda da acumulação do capital, que em nosso estudo de caso, se estendia para as periferias, na outra margem do Rio Pinheiros, à produção do espaço que denominou-se por distrito industrial Jaguaré, um montante de trabalhadores foram necessários para realização das obras do projeto e posteriormente alguns permaneceram e se somaram a outra leva de trabalhadores das indústrias ali instaladas sendo estes os primeiros moradores do bairro e compradores dos primeiros lotes. Constatamos uma mobilidade do trabalho para o capital urbano-industrial em que revelou a produção de um mercado de trabalho e de terras local, produzido a partir do planejamento e valorização resultados pelo loteamento imobiliário à área.

A medida em que o bairro periférico se desenvolvia, a demanda por mercado de trabalho impulsionava as migrações. As migrações enquanto consequência fundante da mobilidade do trabalho, transforma o trabalhador, expropriado da terra e desprovido de seus meios de produção, em mercadoria força de trabalho, obrigados a vender-se no mercado de trabalho onde espacialmente o capital determina sua demanda (Gaudemar, 1977). O trabalhador migrante em São Paulo a partir de 1950 já fazia parte do ‘exército industrial de reserva’ transformado em mercadoria força de trabalho necessária ao capital urbano-industrial. A própria metropolização paulistana é a condição de existência de migração pela mobilidade do trabalho, em que os sujeitos livres deslocam-se “deliberadamente” de regiões que os “liberam” para outras que as “recebem”. Assim observamos a demanda populacional de um grupo de trabalhadores migrantes do bairro Jaguaré, que excedia a oferta de lotes operários e propriedades privadas presente no espaço, além do fato das condições precárias de trabalho, cujo os salários reduzidos dificultam o pagamento de aluguel, impondo muitos a morarem para além da cidade, próximos a cidades vizinhas, outros deram início a ocupação do espaço público de área verde que veio a formar a Favela do Jaguaré.

Sendo uma necessidade básica de subsistência do trabalhador em condições precárias de trabalho: seu abrigo, um teto, o espaço íntimo para a acomodação necessária do trabalhador para recompor suas energias para o trabalho, trata-se de uma moradia mínima de acordo com seu mínimo salário. O barraco revela não somente a precariedade econômica do favelado, mas seu modo de vida, de uma reprodução social crítica expressa na constituição de sua família sujeitada à lógica da desvalorização do trabalho e seus salários rebaixados exprimem as condições de moradias autoconstruídas do migrante. Sendo esta moradia autoconstruída a forma colapsada da

crise do trabalho sob a produção e reprodução da mercadoria espaço-urbano, uma vez que revela também a contradição da valorização da propriedade.

Sendo também a família a “face oculta do capital” (Giavarotti, 2012) enquanto momento da totalidade da “reprodução das relações sociais de produção”, uma vez que o tempo do trabalhador será dividido entre tempo que se vende à produção de valor enquanto vendedor de sua mercadoria força de trabalho num período total de dispêndio de “cérebro, músculo e nervos” (Marx, 1985), e outro tempo livre para reprodução do trabalhador que personifica o trabalho, sob este tempo, a família possui o papel importante dissociado no processo de ‘valorização do valor’ na divisão social do trabalho (Giavarotti, 2012).

Segundo Marx, a força de trabalho quando consumida cria valor, e é a única mercadoria que desloca-se sozinha ao mercado. O salário, portanto é a transformação do trabalho em dinheiro, o dinheiro para ser capital, saindo não do mesmo jeito que entrou no processo de produção, ele passa pelo processo de valorização do valor, tornando-se uma medida de valor, uma vez que passa pela mercadoria e pelo trabalho. Neste sentido, a valorização do valor, se dá no plano da produção e na circulação, quando o capitalista, comprador da mercadoria força de trabalho consome-a, produtivamente ao produzir mercadorias, também produz valor. Em outras palavras, a mercadoria força de trabalho é a única capaz de produzir valor, cuja essência é o tempo necessário para a sua produção. Assim, o processo de acumulação e reprodução ampliada do capital consiste na troca desigual entre a diferença entre valor produzido pelo “consumo produtivo” da força de trabalho e o valor de troca, expresso na forma salário, o que gera mais-valia (Marx, 1985).

Portanto, só é possível pensar na moradia enquanto mercadoria e “propriedade privada” da terra, a partir da lógica do trabalho, isto é, dos trabalhadores transformados em mercadoria força de trabalho na sociedade da mercadoria, o qual possui valor e cria valor. Neste sentido, estudar o trabalhador favelado, é estudar sua localização espaço-temporal, em que realiza uma história e produz espaço na condição moderna, seus cotidianos e relações sociais dentro da lógica do trabalho e da produção do valor. O estudo da Favela do Jaguaré, é portanto o estudo do migrante e de sua reprodução na crise do trabalho e do capital.

2 OBJETIVO E PROBLEMATIZAÇÃO

A formação da Favela do Jaguaré iniciada em 1962, que investigamos, permeia portanto todo o debate da reprodução dos moradores trabalhadores-favelados, transformados em mercadoria força de trabalho determinados pelo processo de acumulação primitiva, que refere-se brevemente ao “processo de separação entre produtor e meio de produção” (Marx, 1984) e consequentemente pela determinação da mobilidade do trabalho expressa territorialmente desde sua formação, elaborada por seus primeiros moradores migrantes nas relações do espaço de suas respectivas famílias. A história dos migrantes que ali foram morar revela o processo de metropolização da cidade de São Paulo a partir da valorização da terra da área de várzea dos rios para posteriormente constituir o distrito Jaguaré enquanto negócio imobiliário em formato de loteamento ampliando o mercado de terras e de trabalho, e portanto, de capital.

Nesta pesquisa tivemos como objetivo principal investigar e analisar o processo de mobilidade do trabalho engendrado a partir do planejamento regional brasileiro em sua totalidade da acumulação primitiva, para compreender seus desdobramentos sob a formação da Favela do Jaguaré observada a partir das condições sociais em que estavam estruturadas às últimas migrações para a cidade de São Paulo. O intuito proposto foi analisar como as formas de reprodução ampliada do capital urbano-industrial, particularmente ao que se refere às formas de exploração do trabalho, mobiliza e territorializa a mercadoria força de trabalho superexplorada, sujeitando-a às condições mínimas de sua reprodução social, o que no limite de sua espacialização traduz-se em uma moradia mínima diante de uma forma social familiar. Tem o trabalhador na constituição de sua família a sua reprodução à vida do trabalho necessitando abrigarem-se para recomporem-se.

Em princípio, a adoção do território da favela como objeto de estudo, nos revela uma preocupação conceitual não fechada, isto é, questionamos como estudar este objeto sem que determinamos conceitos acabados da ideia de favela enquanto espaço homogêneo, vulgarmente considerado como local do crime organizado, da violência, da ilegalidade e irregularidade, da “invasão”, onde impera a barbárie, a clandestinidade de serviços urbanos (energia elétrica, saneamento básico, coleta de resíduos domiciliares) e todas as maneiras preconceituosas e pré-existentes. Nossa tentativa de não vulgarizar e nem banalizar esse território faz parte de uma posição que foge das definições urbanísticas que visam soluções de problemas de âmbitos estéticos e infraestruturais-urbanísticos apenas. Abordaremos a favela enquanto

território onde localizam-se trabalhadores e suas famílias para sua reprodução social básica, respeitando toda lógica social ali presente e vivenciada por seus moradores, assim associamos o termo favelado para o trabalhador migrante morador da favela.

A problematização e investigação do processo de favelização no bairro Jaguaré, sua gênese traduz a própria contradição da produção planejada deste espaço. Sendo a projeção do próprio distrito Jaguaré a contra-projeção da Favela Jaguaré, um sendo parte do outro, e não separados. Sendo assim, o estudo da produção do território da favela estudada, se traduz também na produção do seu bairro, no que diz respeito aos desdobramentos do processo de modernização brasileira e momento da metropolização da cidade de São Paulo. Portanto, tem-se que o bairro a priori já é apresentado para atender um processo crescente na cidade. Trata-se de um projeto de urbanização e industrialização formulado desde o início para suprir as demandas da acumulação e territorialização do capital.

A Produção do Bairro Jaguaré: mobilidade do trabalho e produção do espaço urbano periférico

A região do bairro que atualmente é denominado Jaguaré teve uma origem iniciada a partir da ocupação da área de várzea do Rio Pinheiros, antes da retificação do rio por volta dos anos 1930, tendo apenas poucas casas em terrenos de fazendas e chácaras pertencentes a imigrantes portugueses e húngaros desde 1920. O Estado, segundo Seabra, foi responsável indiretamente pela valorização das várzeas através do estímulo ao ‘aproveitamento’ territorial, financiando a retificação do Rio Pinheiros pela canadense *The São Paulo Tramway, Light and Power Company*. Os compradores e proprietários da gleba do loteamento Centro Industrial Jaguaré, pagaram a *Light* pelo nivelamento do terreno através de desmonte hidráulico e aterros próximo a várzea a fim de implantarem um loteamento industrial e para as áreas acidentadas remanescentes um loteamento residencial operário. Trata-se de um projeto que teve como estratégia a valorização desta porção de terras visando sua comercialização como um negócio “rentável” consolidando o discurso da ‘cidade moderna’ pela urbanização e industrialização. Os dois loteamentos que abrangem a área de margem do Rio Pinheiros e parte das colinas acidentadas próximas ao ribeirão Jaguaré, surgiram para implantar um complexo industrial de grupo de empresários paulistas, e conseqüentemente sua demanda de força de trabalho, também planejada para local-se por ali, visando sua maior acumulação, afirmação do próprio proprietário

de nome Henrique Dumont Villares, engenheiro agrônomo e autor do livro *Urbanismo e Indústrias em São Paulo, 1946*.

Com o objetivo de atrair e convencer capitalistas paulistas a instalarem suas indústrias no novo distrito industrial o loteador e proprietário da gleba, Villares, também dono da Sociedade Imobiliária do Jaguaré, elaborou seu projeto de acordo com uma valorização da terra de acordo com as “melhorias investidas” executadas nesta porção, isto é, o aplainamento de grandes lotes nivelando às curvas de nível próximas às margens do recém retificado Rio Pinheiros e também da ferrovia, além de planejar o bairro a atrair operários que trabalhariam nestas indústrias promovendo uma infraestrutura e um modo de vida programado. Como consta em seu livro, cujo o planejamento do bairro atraiu grandes e médias indústrias, o proprietário registra o nome delas, dentre as quais do grupo Matarazzo.

No momento em que a expansão de indústrias para áreas de bordas da cidade cresciam, a urbanização apresentava novas formas de territorialização, tanto planejada quanto desordenada para as mesmas. Neste sentido, novas formas de uso do espaço emergiam como determinação das condições de produção e reprodução do trabalhador migrante as demandas da produção e acumulação. A demanda por força de trabalho ocasionava o adensamento do bairro, produzindo padrões necessários de força de trabalho diferenciada no processo de ‘valorização do valor’, o que produzia uma diferenciação de valorização do espaço para o bairro, que se media quantitativamente pela qualidade da moradia do trabalhador, da produção formal para a informal da moradia e seus respectivos tamanhos e preços.

No que tange o loteamento residencial destinado a trabalhadores, de acordo com a pesquisa de campo, entrevistas e informações do livro de Villares, pudemos investigar que os lotes foram delimitados de acordo com cada esfera do grupo de trabalhadores e suas respectivas funções de trabalho, isto é, sua remuneração. Tudo foi planejado pelo loteador proprietário de acordo com a valorização dos lotes em relação a valorização dos trabalhadores expressa em sua renda: para os trabalhadores com maior remuneração lotes bem localizados e maiores eram oferecidos para compra, dentre estes primeiros lotes haviam casas construídas, mas isso não se deu para os outros lotes, para as outras esferas, lotes menores, com menor valor agregado, foram oferecidos aos trabalhadores com menores remunerações, tendo estes parcelado suas dívidas da compra do terreno, onde tiveram que construir de acordo com suas disposições e força própria para o trabalho fora da fábrica, isto é, para a autoconstrução de sua moradia. Trata-se aqui, do processo de mobilidade do trabalho que a medida que se instalavam-se às indústrias no bairro

surgia a demanda por migrantes que foram chegando em períodos diferentes e se instalando nas condições que cabiam de acordo com sua condição assalariada sob a produção espacial do bairro. Este processo de formação do bairro surge como resposta da demanda de expansão da industrialização que São Paulo passava, tendo já estabelecida enquanto região de valor para a modernização do país.

Nos moldes do nacional - desenvolvimentismo, o Estado em contexto político econômico do pós-guerra estabelecia dívidas para tal modernização, injetando capitais estrangeiros na industrialização. Esta industrialização brasileira, no contexto histórico desdobrada de sua modernização retardatária enquadrou o país na grande economia, no sentido de aumentar a proletarianização mundial, isto é, a formação da mercadoria força de trabalho promovida pelo assalariamento tanto para a indústria, mas também para a agricultura nacional enquanto processo de expansão da acumulação do sistema mundial produtor de mercadorias. Foi o planejamento regional defendido pela visão dicotômica entre desenvolvimento e atraso assumida pelo Estado ao passo que criou e identificou as regiões desiguais nacionais, assim reproduziu e colocou esta contradição econômica-espacial, ao promover a concentração da industrialização à região Centro-Sul, e estimulou a migração e formação do exército industrial de reserva, superpopulação relativa concentrada exponencialmente na metrópole de São Paulo.

No sentido da intensa modernização com vista à formação da metrópole a partir de 1930, com maior expressividade nas décadas de 50, 60 e 70, porém não deixando de ser país periférico na economia mundial, o Estado brasileiro promoveu um intenso investimento à industrialização. Essa aceleração e injeção na economia provocaram no espaço da cidade simultaneamente a aceleração de sua urbanização planejada e em contraposto sua urbanização crítica devido à demanda de trabalhadores para a produção formal e consequentemente produzindo eles a forma reificada da produção informal do espaço.

Uma vez que a atração e expansão de indústrias para áreas limítrofes da cidade era um negócio imobiliário crescente e 'rentável', a urbanização apresentava novas formas de territorialização, tanto planejada quanto desordenada para estas periferias, pois o aumento da demanda de capital-industrial alavancou o mercado de terras e de trabalho. Neste sentido, novas formas de uso do espaço emergiam como determinação das condições de produção e reprodução do trabalhador migrante as demandas da produção e acumulação de capital. No loteamento do Jaguaré, por exemplo, o distrito planejado amplamente em todos os sentidos para o modo de vida do operário, desde habitação, sociabilidade, relações familiares, sono e comida, um ritmo extra

fábrica idealizado no livro do proprietário, não conseguiu prever que havia operários que não encaixavam neste modelo homogêneo de operário para o acesso ao espaço, causando posteriormente seu desvio, a favela (Silva, 2006).

As primeiras famílias de migrantes que contribuíram para a formação do bairro e seu desvio, a favela, aquelas que se sujeitaram a mobilidade do trabalho decorrente do processo de modernização, formaram o mercado de trabalho por ali, sendo este a soma dos primeiro operários presentes na configuração do loteamento e outros que chegaram depois para ocupar o “chão das fábricas” ali instaladas, são ainda em sua maioria as mesmas que até hoje residem e se reproduzem no espaço, algumas delas já se encontram na quarta geração como constatamos em trabalho de campo, cujo as formas de espacialização apesar de diferentes e mudadas, ainda representam uma lógica caótica e crítica do processo de produção.

A industrialização do Jaguaré enquanto momento da expansão do capital urbano-industrial para às áreas periféricas de São Paulo, sobretudo nas décadas de 60, 70 e 80, produziu uma ‘segregação espacial’ (Damiani, 1995) cujo a produção do espaço do bairro se contradiz na ‘produção de riqueza e pobreza’, enquanto expansão do centro industrial da metrópole apresentando concentração de capital empregado às indústrias gerado a partir da produção e reprodução da força de trabalho ali concentrada produtora do espaço periférico e dos aglomerados pobres, as favelizações enquanto fronteiras, de escasso capital empregado. Sob esta condição urbana o espaço revela às formas de valorização do trabalho, da terra e do capital, em sua forma autonomizada e crítica.

A formação da Favela do Jaguaré: reprodução crítica

A rapidez e intensidade que o bairro crescia deu origem a seu outro, isto é a favela, de maneira simultânea desde a implantação do loteamento até sua intensa industrialização, traduz um cotidiano programado que interferiu na expansão da favela até os dias atuais. Isto é, ao planejar o bairro com lotes de áreas privadas, para indústrias, residências e comércio, o loteador produziu conseqüentemente, o espaço público vazio e desvalorizado que ele mesmo criou ao remanejar o terreno e deixá-lo mais declivoso com o deslocamento de terras para os aterros e nivelamento, onde posteriormente não era mais de seu interesse, sendo assim doado para ser de domínio público. Trata-se das conseqüências do processo de valorização da terra em contradição a produção da sua desvalorização. Notamos que algumas indústrias atualmente esvaziadas no

entorno da favela não foram ocupadas, contudo as áreas de domínio público, tais como linha férrea, ruas e córregos atingiram uma expansão, ratificando a seguridade da propriedade privada na contramão da ocupação ‘legitimada’ do espaço público pelo Estado.

Por se tratarem, em sua maioria de terrenos municipais, a ocupação e crescente amontoados de barracos rapidamente próximos ao mercado de trabalho, permite um prazo longo e maior garantia de permanência, uma vez que estes terrenos não são muito valorizados e pouco fiscalizados, assim a expulsão por parte do poder público não se torna uma tarefa simples e o que tende a assistir a ocupação sob controle remotamente. Contudo, o fantasma que assombra qualquer morador da favela, o caráter provisório da favela no início de sua formação era para os moradores um risco maior do que a consolidação atual pela quantidade de barracos e tempo firmado. Fazia sentido o morador gastar o mínimo possível na construção de seu barraco, uma vez que não tinha condições financeiras, sendo este para fins de abrigo e reprodução mínima da vida do trabalhador, feita de materiais de restos de construção improvisadas, além do mais corria o risco de sua remoção pelo poder público e perda de tudo. Diferentemente dos dias atuais onde a favela predominantemente apresenta moradias de alvenaria e uma estabilidade e permanência maior, território já consolidado, o qual vem se expandindo horizontalmente, com a fragmentação dos cômodos e otimização da área da favela diminuindo os espaços comuns e de deslocamento, além de sua verticalização e aglomeração generalizada.

Na Favela do Jaguaré, podemos confirmar o início da ocupação local, através dos relatos da conversa com antigos moradores filhos dos primeiros migrantes. Ambos confirmaram a existência de um matagal na área da atual favela. Os primeiros moradores da favela usavam a área municipal de desmate, o que seria o proposto parque de lazer, para cultivos agrícolas enquanto formas ampliada de suas sobrevivências, uma vez que os salários eram rebaixados, predominava plantações principalmente de mandioca e cana de açúcar já existentes em 1962. Trata-se de uma forma do trabalhador melhorar suas condições de reprodução, em que qualquer economia é importante, os chamados quintais era a extensão da vida doméstica.

Sendo o processo de ocupação do território da favela lento e paulatino, o primeiro morador tinha maior “poder” sobre o solo, era a ele quem os outros se dirigem pedindo permissão para usar a terra. Isto porque, ele se apropriou de um vasto pedaço de terra anteriormente, e vai com o tempo e aumento da demanda da ocupação por outros necessitados de espaço, cedendo ou vendendo aos parentes próximos e conhecidos ou desconhecidos que iam chegando à cidade, a medida que a família crescia e se estabelecia no espaço informal a área da

favela se fragmentava cada vez mais. Essa forma de apropriação privada da terra da favela era estabelecida com delimitações físicas, com cercas de madeira e arame contornando a posse, anos mais tarde consolidando um mercado de terras e barracos informais, cujo o Estado supervisiona seu crescimento, uma vez que legitima a valorização da terra e o mercado de trabalho, incorporando a forma mercadoria força de trabalho super desvalorizada sem condições mínimas de moradia formal, e dificultando o financiamento de habitação popular para a valorização do espaço urbano, e o mercado de terras e moradias às classes altas e médias, num contexto de *boom* imobiliário e crise habitacional (Bonduki, 2011).

Neste contexto histórico, o planejado loteamento periférico que deu origem ao distrito industrial do Jaguaré enquanto novo negócio imobiliário frente a saída da crise habitacional de 1940 (Bonduki, 2011), diferentemente das parcelas industriais e residenciais do loteamento, uma área com intensa declividade, próxima ao Rio Pinheiros, cuja a alta desvalorização, foi doada pela *Sociedade Imobiliária Jaguaré* da família Dumont Villares ao município. A área maior da favela era de propriedade do município, usada como horto abastecendo as indústrias, uma pequena parcela próxima da linha férrea, pertencia a FEPASA (Ferrovia Paulista S/A) o que tornava o preço do barraco ou do aluguel dos barracos mais baixos nesta parte devido a insegurança e instabilidade de possível remoção inicialmente em formação.

Com o tempo a área verde destinada em seu projeto inicial a ser parque de lazer público, onde havia ainda uma cobertura total de vegetação nativa foi sendo desmatada e seus barrancos utilizados como bancos de terras para aterros nos terrenos industriais, época aproximadamente do ano 1959, onde não havia nenhuma presença de barracos. A contínua depredação da área verde pública, por parte principalmente das indústrias locais que usavam suas terras para terraplanagem, não detinha nenhuma fiscalização, pelo contrário, percebia um descaso por parte do poder público da cidade enquanto estratégia de valorização da terra. Fatos estes que corroboraram para posteriormente a ocupação e formação da favela, por volta de 1962. Podemos notar que a ausência de ações por parte do poder público, assim como as ações destrutivas das indústrias locais possibilitaram tais ocupações. Uma vez que, a demanda por propriedades privadas já havia sido estabelecida e adquirida, e a valorização imobiliária expressa no preço do aluguel, muitos trabalhadores cujos salários não condiziam para uma reprodução social mais acessível da terra, foram condicionados para deslocamento às regiões ainda mais afastadas, tal qual Osasco, assim como alternativa de proximidade do trabalho e pouco ganho para o custo de transporte a condição de ocupar a área verde em crescente aglomeração.

No contexto das décadas de 1970 e 80 houve uma mudança no olhar que o poder público dava as favelas. Se no começo da década a ênfase era a remoção, embasada em generalizações preconceituosas e banais, nos seus meados já admitiam-se Alojamentos Provisórios e no seu fim, o crescente aumento do número de favelados, a diminuição do salário real, o aumento do preço da terra, a crescente repressão aos loteamentos clandestinos “obrigaram” o poder público, agora admitir a favela como moradia definitiva, a permitir, ao menos nas áreas municipais, a permanência dos seus ocupantes. O Estado se apresentava de maneira ambígua: de um lado, a defesa da propriedade privada; de outro, a obrigação de cuidar do bem estar total da população e controlar as ocupações.

A partir de então, a ocupação crescia rapidamente, uma vez que a prefeitura havia reconhecido a existência da favela e dado início a algumas ações institucionais. Nota-se em 1968 foram registrados a presença de aproximadamente 370 barracos e uma escola de madeira, segundo o levantamentos realizado pela SEBESC – Secretaria do Bem Estar Social. Já em 1973, 850 barracos instalados. Em 1978 aproximadamente 3000 famílias contadas pela Associação de Moradores, quase toda a extensão da área de cogitação do parque, exceto o campo de futebol. Isto auferia neste período, um crescimento populacional na favela maior que a taxa de crescimento da população da cidade de São Paulo. A partir de então, o aumento constante da população se traduzia em adensamento das áreas pré-estabelecidamente ocupadas, fragmentação dos barracos existentes para barracos menores, ou verticalização das construções, geralmente para abrigar familiares migrantes recentes ou filhos e netos casados. O barraco enquanto moradia mínima necessária a reprodução das famílias faveladas para a vida do trabalho em condições de sua precarização. Trata-se de uma reprodução crítica do trabalhador se inserir na lógica de sua “reprodução das relações sociais de produção”, uma vez que produz uma propriedade privada informal (não legitimada), espaço para sua reposição para a vida do trabalho fora da fábrica onde abriga e constitui a família, cujo papel importante possui para otimizar o tempo livre do trabalhador através do sobretrabalho, este refere-se ao trabalho não remunerado, porém necessário acrescentado a personificação do trabalho abstrato,.

A questão da propriedade privada na favela se torna uma dúvida ainda não muito resolvida para esta pesquisa. Será que os barracos autoconstruídos pelos primeiros ocupantes não geraram valor? Segundo Francisco de Oliveira, para conseguir onde morar o trabalhador acrescentaria, a sua jornada de trabalho nos setores capitalistas de produção, um tempo dedicado a construção de sua moradia. Dessa forma, a habitação atuaria como elemento básico para o

rebaixamento do custo monetário da reprodução da força de trabalho (e a moradia na favela com ênfase, já que assume as mesmas características do processo de autoconstrução em terreno comercializado, embora não legitime o título jurídico de “propriedade” da terra onde foi construída). Os salários resultariam deprimidos, vistos que os gastos com habitação, uma condição importante à reprodução do trabalhador, não estariam na composição dos salários reais pagos pelas empresas como afirma Villares, o loteador do Bairro Industrial Jaguaré em seu livro.

A autoconstrução de moradia favorece a acumulação capitalista afirma Oliveira. Giavarotti apresenta que o trabalho que faz a casa do trabalhador seria trabalho produtor de valor assim como o trabalhador na comunidade, o trabalho doméstico da mulher, todos eles trabalhos não pagos, tensionando o conceito de “sobretabalho” e autonomização, trabalho necessário a reprodução do trabalhador fora da fábrica, que também geram valor indiretamente. *“Enquanto valor, a força de trabalho representa um quantum de trabalho social realizado nela (...) o tempo de trabalho necessário a produção da força de trabalho se resolve, portanto, no tempo de trabalho necessário a produção desses meios de subsistência” (Marx)*. Dessa forma, o trabalho que faz a casa do trabalhador seria parte do tempo de trabalho necessário e poderia contribuir para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, um desdobramento do termo “sobretabalho” talvez mais parecido com o termo “valor dissociação” (este referindo-se ao trabalho doméstico não remunerado da mulher na estrutura familiar) de Roswitha Scholz. Assim o auto-construtor contribuiria para o processo de acumulação capitalista quando compra o terreno somado as suas formas de reprodução não remuneradas para complementar a sua reprodução ao trabalho pago; e os meios de produção para autoconstrução, ao comprá-los, ele realiza a mais-valia neles contida também. Neste sentido, funciona como qualquer consumidor de mercadorias, ou seja, produz mais valia, a realiza no ato de compra e no “sobretabalho” complementar a reprodução existencial fora da fábrica, em sua moradia. E poder-se-ia mesmo afirmar talvez que este trabalho de subsistência do trabalhador que constrói sua casa propicia a acumulação, em sua forma mais exploratória e precária para a sua reprodução e modo de vida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução histórica da habitação do trabalhador explorado paulistano e a favela como alternativa determinando a “moradia da pobreza” (Taschner, 1982) é consequência do processo de segregação sócio-espacial característico da industrialização (Damiani, 1986), e é mais que um

tema corriqueiro discutido por estudiosos sobre o espaço urbano. Trata-se ao nosso ver de um processo de modernização retardatária, que se desdobra na produção do espaço urbano que constrói e reconstrói a cidade de São Paulo enquanto território de concentração de capital através da mobilidade do trabalho pressuposta da territorialização do capital e sua lógica de acumulação ampliada. Traduzindo-se para a escala espacial mínima, o barraco enquanto espaço mínimo do trabalhador migrante superexplorado e sua família de se reproduzirem, repondo as energias consumidas pelo trabalho para o próprio trabalho.

Foi a partir do planejamento formal urbano visto enquanto promissor negócio imobiliário para acumulação do capital ao loteador do distrito do Jaguaré frente a expansão da industrialização e urbanização da cidade, qual faz parte o processo de metropolização de São Paulo, que diversos loteamentos periféricos surgiram nas bordas da cidade, depois dos Rios Pinheiros e Tietê, dentre outros no limite do município urbanizado, para citar outro exemplo, o Jardim Ibirapuera assim como o Jaguaré, tem em sua contramão a produção também de espaços decorrentes de uma urbanização informal, loteamentos e ocupações informais surgidas a partir do formal.

A Favela do Jaguaré traduz-se como um território colapsado, fronteira produzida pelo avesso da produção planejada do espaço urbano periférico, onde a reprodução ampliada do capital reflete e tem como condição fundante a reprodução social de sua força de trabalho mobilizada, colocando o trabalhador como mercadoria deslocada de sua origem a ser superexplorada em outro lugar de destino e demanda do capital em sua forma cumulativa a constituir um “exército industrial de reserva” paulistano, desdobramento de uma expansão industrial resultado do processo de desenvolvimentista nacional. Trata-se de dois processos simultâneos consubstanciados, um a valorização do espaço outro a valorização do trabalho.

No que tange às consequências da mobilidade do trabalho importa ressaltar a formação de um mercado de trabalho amplo a partir dos anos 1950, com intensificação das migrações para o processo de industrialização das metrópoles. Neste cenário São Paulo atraía muita demanda por trabalhadores, uma vez que o excedente dessa força de trabalho faz parte das formas de ampliação do capital, através da oferta e demanda de trabalho oferecida. O “exército” de trabalhadores em São Paulo crescente desdobrou-se numa exploração contínua e ampliada, assim como necessitava sua lógica exploratória. As primeiras famílias migrantes deste período consolidaram a expansão populacional e espacial da urbanização paulistana, cada qual reproduzindo-se de acordo com as suas condições pré-estabelecidas do capital. Sobre as quais

sujeitam a população de famílias faveladas, no modo de sua reprodução crítica e a produção do espaço urbano periférico.

As relações precárias de moradia do trabalhador favelado inserido na lógica do trabalho e da acumulação capitalista revelam as relações sociais de trabalho. Uma vez que, a família e a moradia são condições básicas necessárias para a recomposição das energias do trabalhador para o trabalho, fora da fábrica, mas para a fábrica. Trata-se de uma moradia que revela um espaço mínimo para esta recomposição, já que a exploração induz salários mínimos. Diante desta realidade urbana, o trabalhador com sua remuneração baixa pouco consegue reproduzir-se nas condições mínimas de sobrevivência urbana (contas: água, luz, gás, alimentação, consumo de bens, aluguel ou casa própria), visto que não possui acesso a propriedade privada para alugar ou realizar o desejo de comprar a própria casa. O preço de morar próximo ao seu local de trabalho, onde a urbanização já está consolidada, remete a uma valorização da terra nos espaços planejados, ao passo que áreas com valor de uso baixo, tais como mangues, várzeas de rios, e morros declivosos tornam-se opções de ocupação residencial – positivas, no sentido que escolhe onde quer morar e - negativas cujo o trabalhador não tem muitas alternativas diante de sua baixa renda.

Sobre a valorização do terra, dois aspectos são pressupostos a esta condição, tratam-se da expropriação e da segregação (Seabra). O deslocamento mobilizado pelo capital da força de trabalho, expressa uma expropriação anteriormente imposta ao sujeito da terra e de seus meios de produção, não lhe restando alternativas, a não ser vender parte de seu tempo a outrem. Alguns trabalhadores mobilizados, na década de 50 conseguiam comprar seu terreno as longas prestações, depois disso o acesso às formas de compra foram sendo cessados por falta de condições de financiamento e crédito no mercado, assim como a diminuição dos salários de acordo com o poder de compra e inflação, ao longo do tempo. No momento da década de 1970 em diante, que com o forte aumento das migrações e aumento do mercado de trabalho em São Paulo, a exploração e a diminuição dos salários dificultavam ao trabalhador ter acesso a compra de sua própria propriedade, para tanto, as formas de segregação espacial já estabeleciam suas representações econômicas e sociais.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDUKI, Nabil. **“Origens da habitação social no Brasil – Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria”**. Editora Estação Liberdade, São Paulo, 2011.

BONDUKI, N e ROLNIK, R. **“Periferias, ocupação do Espaço e Reprodução da Força de Trabalho”**. Programa de Estudos em Demografia e Urbanização – PRODEUR – Cadernos de Estudo e Pesquisa 2. Universidade de São Paulo, FAU.

DAMIANI, Amélia Luisa. **“Urbanização crítica e produção do espaço”**. In: Revista Cidades – A cidade e o urbano: uma busca conceitual, Vol. 6, núm. 10, 2009.

DAMIANI, Amélia Luisa. **“Geografia Política e novas territorialidades”**. In: OLIVEIRA, A. U. e PONTUSCHKA, N. N. Geografia em perspectiva. Ed. Contexto, São Paulo, 2002.

DAMIANI, Amélia Luisa. **“Cidade (Des)Ordenada e o cotidiano”**. In: Revista do Departamento de Geografia USP. Vol 9, São Paulo, 1995.

DAMIANI, Amélia Luísa. **“A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica”**. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.21-37, 2000.

DAMIANI, Amélia Luísa. **“O lugar e a produção do cotidiano”**, In: Novos caminhos da geografia, Hurtec, São Paulo, pg. 161-171, 1999.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **“Cidades para poucos ou para todos? Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um “urbanismo às avessas”**, In: Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. OLIVEIRA, Francisco de. BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele. Boitempo, São Paulo, 2010.

FREIRE, Luis Mauro. **“Encostas e Favelas: deficiências, conflitos e potencialidades no espaço urbano da favela Nova Jaguaré”**. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, 2006.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **“Mobilidade do trabalho e acumulação do capital”**. Estampa, Lisboa, 1977.

HEIDEMANN, Dieter. **“Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação”**. In: Migrações: discriminações e alternativas. São Paulo: Paulinas/ SPM, 2004.

GIAVAROTTI, Daniel Manzione. **“O Jardim Ibirapuera da imposição à crise do trabalho”**. Dissertação de mestrado. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, 2012.

KOWARICK, Lúcio. **“A espoliação urbana”**. Paz e Terra, São Paulo, 1993.

KURZ, Robert. **“O colapso da modernização”**. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1993.

LARA, Fernão Lopes Ginez de. **“Modernização e desenvolvimentismo: formação das primeiras favelas de São Paulo e a favela do Vergueiro”**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Orientador Dr. Anselmo Alfredo. FFLCH – USP. São Paulo, 2012.

MARX, Karl. **“O Capital – crítica da Economia Política”**. Livro I, tomo I (volume I). Abril Cultural (Série “Os economistas”), São Paulo, 1985.

MARX, Karl. **“O Capital – crítica da Economia Política”**. Livro I, tomo II (volume I). Abril Cultural (Série “Os economistas”), São Paulo, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. **“Elegia para uma re(li)gião”**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **“Crítica à Razão Dualista / O ornitorrinco”**. Editora Boitempo, São Paulo, 2003.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **“São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia”**. In: Geografias de São Paulo 1 – Representação e Crise da Metrópole. Orgs. CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Editora Contexto, São Paulo, 2004.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **“Metropolização: a reprodução do urbano na crise da sociedade do trabalho”**. In: Revista Cidades – A cidade e o urbano: uma busca conceitual, Vol. 6, núm. 10, 2009.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **“Os Meandros dos Rios nos Meandros do Poder. Tietê e Pinheiros: Valorização dos Rios e das Várzeas na cidade de São Paulo”**. Tese

SILVA, Flavia Elaine. **“Favela, que negócio é esse?”** Dissertação de mestrado; orientadora Amélia L Damiani. São Paulo, 2006.

TASCHNER, Suzana Pasternak. **“Moradia da Pobreza: Habitação sem saúde”**. Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, 1982.

VAINER, Carlos B. **“Trabalho, espaço e estado: questionando a questão migratória”**. Rio de Janeiro: PUR: Editora da UFRJ, 1984.

VAINER, Carlos B. **“Política migratória recente no Brasil – notas para uma avaliação”**. In: Colóquio internacional – estrutura de emprego e dinâmica espacial da força de trabalho. Rio de Janeiro: PUR/UFRJ, 1985.

VILLARES, Henrique Dumont. **“Urbanismo e Indústria em São Paulo”**. São Paulo, edição do autor, 1946.